Direito Penal económico e burla em Braga: o enquadramento de um advogado penal Nem todos os crimes envolvem violência ou confronto direto. Uma parte crescente dos processos que chegam aos tribunais tem a ver com dinheiro: burlas, abusos de confiança, falsificações, fraudes em compras online ou esquemas de investimento que prometem lucros impossíveis. É o território *advogado criminalista* a que se costuma chamar direito penal económico, e é uma área em que o processo penal tem particularidades próprias. Um advogado penal em Braga encontra estes casos com regularidade, tanto do lado das vítimas como do lado de quem é acusado. A burla é o exemplo mais conhecido. Em termos gerais, existe quando alguém, com intenção de obter um enriquecimento ilegítimo, engana outra pessoa e a leva a praticar atos que lhe causam prejuízo patrimonial. O elemento central é o engano. Não basta um negócio ter corrido mal ou uma dívida não ter sido paga: é preciso demonstrar que houve um artifício usado para levar a vítima a entregar o dinheiro ou o bem. Esta fronteira entre o incumprimento civil e o crime é uma das questões mais discutidas nestes processos. A investigação destes crimes tem características próprias. Envolve muitas vezes a análise de documentos, extratos bancários, contratos, faturas e comunicações eletrónicas. Pode exigir pedidos de informação a bancos, que só podem ser feitos nos termos da lei, e perícias financeiras. Nos casos mais complexos, a investigação pode ser conduzida pela Polícia Judiciária, através do seu Departamento de Investigação Criminal de Braga. São processos que tendem a ser mais longos e em que a organização da prova documental faz toda a diferença.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Para a vítima, há duas preocupações paralelas: ver o crime investigado e recuperar o dinheiro. O pedido de indemnização civil pode ser deduzido no próprio processo penal, e em situações de burla online, MB WAY ou transferências, pode também justificar-se exigir responsabilidades ao banco. Para o arguido, a defesa passa muitas vezes por demonstrar que não houve engano, que o caso é meramente civil ou que a prova documental não sustenta a acusação. Em ambos os lados, o trabalho de um advogado penal é sobretudo de análise rigorosa dos documentos. Na QUOR Advogados, em Braga, a burla é uma das situações tratadas na área criminal, incluindo burla online, burla informática, MB WAY, transferências e pedidos de indemnização. A abordagem digital do escritório facilita a organização de grandes volumes de documentos, e a explicação ao cliente é feita sempre sem jargão. O escritório trabalha também nas áreas bancária e comercial, o que ajuda quando o caso toca várias frentes. Se foi vítima de uma burla ou está a ser acusado num processo deste tipo, marque uma consulta inicial de 70€, presencial na Praça da República ou online por videochamada. Ligue para o +351 939 709 888 e traga os documentos que tiver.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.